

Triênio da Rede de Juristas Populares

foca preservação do Meio Ambiente



José Marcos Salgueiro,
técnico responsável pela Rede



Rede de Juristas Populares
discute atuação no triênio 2010-2012

O ano de 2010 começou com uma boa notícia para a Rede de Juristas Populares: a confirmação da renovação do projeto trienal entre a Fundação Margarida Maria Alves e a entidade alemã Misereor/KZE. Essa renovação trouxe, além da possibilidade de continuar o trabalho já desenvolvido há quase sete anos, muitas responsabilidades. O projeto, intitulado “Juristas Populares Cuidando do Meio Ambiente”, terá o foco principal nas questões ambientais não só nos Núcleos e comunidades onde os Juristas residem e atuam, mas também naquelas onde já foram constatados diversos problemas. Desde 2009, a Rede vem desenvolvendo um trabalho mais voltado para a conscientização na utilização dos recursos naturais, oferecendo oficinas de fabricação de sabão ecológico (feito com óleo de cozinha usado) e mutirões de limpeza da Mata do Xem-Xem, em Bayeux, dos rios de Forte Velho e a Via Sacra do Meio Ambiente, em Santa Rita.

A diferença deste projeto para os anteriores também reside na preparação e na estruturação da Rede para tornar-se uma entidade

autônoma, que poderá buscar, de 2012 em diante, formas de manter-se sem a intervenção direta da Fundação Margarida Maria Alves. A Rede de Juristas Populares foi criada em 2003 por iniciativa daqueles (as) que terminavam o Curso de Formação de Juristas Populares e viam a articulação popular organizada como uma forma de obter resultados mais pertinentes. Assim, os (as) Juristas foram divididos (as) em Núcleos de acordo com suas cidades/bairros de origem, e foi elaborado o primeiro projeto de financiamento para as atividades. Hoje, com os Núcleos de João Pessoa, Bayeux, Santa Rita/Tibiri II e Forte Velho, são mais de 60 juristas atuando pontualmente.

Neste triênio, com a saída da advogada Cândida Moreira Magalhães, técnica que acompanhou a Rede desde seu surgimento, a Coordenação está ao cargo de José Marcos Salgueiro, Pedagogo, Jurista Popular e colaborador da Fundação. Suas expectativas são as melhores. Ele já traçou a meta

de tentar aumentar o número de participantes da Rede, principalmente aqueles (as) que terminaram o Curso de Juristas Populares nas primeiras turmas e os (as) que se formaram recentemente. Para ele, um dos grandes desafios é a participação contínua: “Existe a insegurança da sobrevivência: desemprego, saúde, segurança, manutenção das casas. Essa insatisfação desacredita o coletivo, proporciona individualização, afastamento dos movimentos. Mesmo assim, há uma predisposição pontual para contribuir nas ações.” José Marcos também acredita que a independência da Rede é uma realização possível: “Espero que os (as) mais interessados (as) se organizem e estruturam alguma linha de atuação para que a Rede se mantenha viva e possa fortalecer o laço entre os (as) Juristas”. Uma das ideias para o futuro é a criação de uma associação de coleta de resíduos líquidos: “Vamos tentar criar uma usina de beneficiamento de material orgânico líquido como meio específico de ação”, ele arremata.

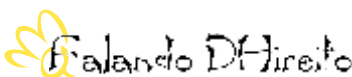
Editorial

A consolidação da terceira versão do Plano Nacional de Direitos Humanos deu no que falar: Foram realizadas onze conferências com a presença da sociedade civil organizada e gestores. A última, da qual foram extraídas as diretrizes para o texto final, contou com a participação de 14 mil pessoas. Qual o motivo de tanta falação? Nem mesmo o secretário adjunto da SEDH, Rogério Sottili, esperava tanto burburinho.

A tentativa de construção de um direito humano à comunicação mais pertinente foi mal recebida pelos proprietários de emissoras e editoras em todo o país, que interpretaram o texto como uma ameaça à liberdade de expressão; mas o debate ficou restrito aos profissionais da área.

Por outro lado, questões relacionadas à criação da Comissão de Verdade e Justiça e da não-ostentação de imagens religiosas em estabelecimentos públicos da União foram mais debatidas. Assim, a resposta dos brasileiros e das brasileiras pode ser vista como avanço na prática de uma cultura de discussões para o bem-estar social. Estamos ainda distantes de alcançar tal ideal, mas, mesmo com tantos dissabores, acreditamos que o PNDH III é um instrumento para o alcance do exercício dos direitos de todos e todas.

EXPEDIENTE



Esta é uma publicação da Fundação de Defesa dos Direitos Humanos Margarida Maria Alves. Rua Irineu Joffily, nº 185, Centro CEP: 58011-110, João Pessoa, PB. Telefone/fax: 3221-3014 www.fundacaomargaridaalves.org.br fundacao@fundacaomargaridaalves.org.br Jornalista responsável: Andréia Martins (DRT 2998/PB) Fotos: arquivo da entidade Tiragem: 500 exemplares Apoio: Misereor Impressão: F&A Gráfica e Editora

Redimindo a Assistência no Pensamento e Prática dos Movimentos Sociais

Artigo de Gustavo Leite Castello Branco, Advogado da Fundação

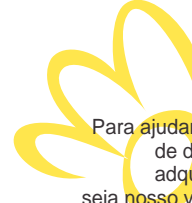
Durante muitos anos tem-se discutido, dentro da sociedade civil organizada brasileira, a propriedade da atuação assistencial junto às camadas mais carentes de nossa sociedade. Geralmente esse debate é polarizado entre dois grupos. De um lado encontram-se os setores mais influenciados pelo pensamento socialista, contra a chamada “ajuda aos pobres” por entenderem que tal prática é fonte geradora de um ciclo vicioso e alienante, tendente a adormecer o espírito revolucionário dos explorados e aliviar a consciência dos exploradores. De outro, encontram-se aqueles setores mais ligados à Igreja Católica Romana que defendem a assistência como atuação necessária para socorrer os menos favorecidos - expressão prática do amor de Cristo através de seus seguidores.

Recentemente, por meio do Projeto *Educação para a Saúde e o Meio Ambiente*, desenvolvido pela Fundação Margarida Maria Alves junto a uma chamada “comunidade informal”, tive a oportunidade de atuar em um processo de formação dos moradores, onde eu e toda a equipe nos deparamos com o debate acima apresentado, na prática. A Comunidade, que vive sem nenhuma infra-estrutura e sem acesso aos equipamentos urbanos mais básicos, ocupa o entorno de uma reserva ecológica, numa relação de degradação ambiental para satisfazer suas necessidades básicas: extração de madeira para cozinhar e construir, o uso da mata como banheiro e depósito de lixo, etc. A Proposta da Fundação, junto com a Rede de Juristas Populares, era a de realizar oficinas de capacitação nas áreas de preservação ambiental, noções de saúde preventiva, emprego e renda, dentre outros, no intuito de melhorar a qualidade de vida dos próprios moradores e despertar o desejo de mudança. Logo de início, entretanto, ficou claro que seria extremamente difícil trabalhar um projeto de educação popular transformador sem oferecermos alternativas práticas para os problemas imediatos.

Tal experiência serviu para confirmar uma convicção pessoal de que a polarização da questão conforme apresentada anteriormente é errônea e fruto de

“No fim das contas, o que falta é desprendimento e amor verdadeiro, pois quem ama se interessa e sabe o que, como e quando fazer. Já quem não ama... inventa desculpas para os seus egoísmos”

uma visão fragmentada que herdamos da chamada *modernidade ocidental*, com a dissecação do mundo e do saber. Se é verdade que é preciso “ensinar a pescar”, também o é que, sem um peixe prévio, na maioria dos casos, o aprendiz nunca chegará a assimilar nem a primeira aula. O erro da assistência, então, não está nela, mas no seu uso politiquês ou marqueteiro. O engano não está no “socorrer ao outro”, mas no “mostrar o quanto eu sou bonzinho”! Ficar tranqüilo, repetindo para si mesmo: “pelo menos a esse salvei”, sem se inquietar com os outros tantos que condeno pela minha convivência com um sistema iníquo, é equivalente a fazer vistas grossas para a desgraça alheia que se avizinha, dizendo a si mesmo que “o importante é a mudança de atitude”. No fim das contas, o que falta é desprendimento e amor verdadeiro, pois quem ama se interessa e sabe o que, como e quando fazer. Já quem não ama... inventa desculpas para os seus egoísmos. Nesses tempos nada inspiradores de monismo ideológico nacional, vivemos na prática a conclusão individualista e relativista Nietzscheana de que o que resta é o poder, precisamos resgatar nosso interesse pelo outro e reafirmar a integralidade do ser e o papel complementar do “criticar” e do “assistir” para a melhoria da condição humana.



Quer contribuir com a continuidade dos nossos projetos?

Para ajudar a manter nossos programas de defesa dos Direitos Humanos, adquira um dos nossos produtos, seja nosso voluntário ou faça doações na

Conta 122749-1, Agência 0435-9, Banco Bradesco.

Projeto de Regularização do Jardim Laranjeiras volta a progredir

Após diversos contratempos, a Fundação Margarida Maria Alves finalmente conseguiu dar continuidade ao Projeto de Regularização Fundiária do Jardim Laranjeiras, convênio firmado com o Ministério das Cidades em 2007. O projeto sofreu com as greves da Caixa Econômica Federal, órgão responsável pelo repasse dos valores, o que fez com que o desenvolvimento e aprovação da Metodologia de Trabalho demorassem mais que o necessário.

Passadas essas etapas primárias e tendo de vencer a descrença da comunidade, que já tinha sido mobilizada em 2008, foi convocada uma nova reunião, em parceria com a Associação de Moradores e com a Escola Municipal Carlos Neves, no bairro do José Américo, que fica bem próximo ao Jardim Laranjeiras. A comunidade, construída há mais de 20 anos em terreno da CEHAP (Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba), tem mais de 3 mil famílias morando de forma irregular, o que fere o direito à moradia digna e ao solo urbano; por isso o interesse da Fundação na resolução desta questão, que já foi tratada e solucionada na Comunidade de Forte Velho.

Na reunião, com a presença de mais de cem pessoas, foi lembrada e esclarecida toda a metodologia do projeto: suas etapas, cronograma, possíveis resultados e empecilhos, orçamento, formato do convênio e do repasse. Após os esclarecimentos, os (as) participantes puderam tirar suas dúvidas a respeito de como serão beneficiados (as) e de como a Fundação atua nessas questões. A dúvida mais frequente foi em relação à abrangência da área a ser regularizada, que será somente aquela de propriedade da CEHAP. Foi formada também uma Comissão de Moradores, responsável por repassar todas as informações e direcionamentos do projeto para os (as) que não puderam comparecer à



Moradores e moradoras tiraram dúvidas com a equipe responsável pelo projeto



reunião e auxiliar a todos (as) os (as) que ainda tiverem dúvidas. Essa comissão, composta por Marizangela Bezerra Dias, Jonas Alves de Freitas, Francisco Deodoro de Melo, Albaneide Pinheiro da Silva, Maria do Socorro da Silva, Eliane Maria Lopes Monteiro, Valmeci Pereira de Souza e Izabela da Silva Costa, já começou a ser capacitada com uma Oficina sobre Regularização Fundiária, realizada no dia 1º de maio. A capacitação foi muito bem recebida pela comunidade.

Edleusa Gomes Cavalcante, técnica responsável pela execução do Projeto e que possui experiência no trabalho com a moradia popular, explica que as principais dificuldades desse tipo de ação estão no medo que as pessoas tem das promessas não serem realizadas. “Temos os entraves na parte burocrática, são muitas moradias. Na primeira reunião já vimos parte dos problemas que a área envolve, o que só poderemos tentar resolver depois do levantamento topográfico. Temos de comparar as áreas com as da CEHAP”. Edleusa também espera que, além da regularização, haja a participação popular, que a comunidade cresça e que sua qualidade de vida melhore. “Eles vão se tornar parte da cidade e receberão benefícios maiores: equipamentos comunitários, ônibus, calçamento.

A Fundação está em constante contato com a CEHAP. Duas reuniões já foram marcadas com a Superintendência. Marcina Maria Pessoa Coelho, Coordenadora de Projetos, e Gustavo Leite Castello Branco, um dos advogados da Fundação, se reuniram com Tarcísio Morais Leite, Diretor de Patrimônio da CEHAP, que confirmou o andamento do Projeto. Foi entregue uma minuta da Proposta de Convênio que será analisada pela Superintendente, Socorro Gadelha, e solicitado um mapa da área para a realização das próximas etapas.

Cronograma

Todas as atividades sociais são desenvolvidas com a participação da Comunidade, que também define as melhores datas para a realização das Oficinas, com temas ligados à regularização e ao dia-a-dia. Os próximos temas envolvem questões sobre o Meio Ambiente e os Direitos da Mulher, principalmente, além do acompanhamento de todo o processo. Na parte técnica, já terá começo o cadastramento sócio econômico e o levantamento topográfico.

Projeto "Educação para a Saúde e o Meio Ambiente" completa 6 meses

Uma ação coordenada entre a Fundação Margarida Maria Alves, a Rede de Juristas Populares, a Secretaria de Saúde de Bayeux e Centro Tecnológico Paraibano (CETEC), possibilitou a realização das Oficinas de Higiene Bucal e de Sabão Ecológico na Comunidade Unida, no dia 20 de março, onde a Fundação desenvolve o projeto Educação para a Saúde e o Meio Ambiente, subsidiado pela BrazilFoundation. As Oficinas foram realizadas ao mesmo tempo: as crianças foram instruídas da importância do cuidado adequado dos dentes e receberam quites de escovação, contendo creme dental e escova, doados pela Secretaria de Saúde de Bayeux. Alunos (as) e técnicos (as) da CETEC auxiliaram-nas, realizando escovações em conjunto, brincadeiras e dinâmicas.

Enquanto isso, José Marcos Salgueiro, Jurista Popular e Técnico Responsável pela Rede, ensinava aos adultos como era o processo de feitura do Sabão Ecológico a partir do óleo de cozinha usado. O sabão é uma ótima alternativa de captação de recursos, pois o custo para seu feito é baixo, rendendo várias unidades. Os (as) moradores (as) também ficaram sabendo das conseqüências que o descarte inapropriado do óleo de cozinha acarreta ao meio ambiente, como o entupimento de encanamentos

e até poluição dos lençóis freáticos. Susane Carlene, Jurista Popular participante do Núcleo de João Pessoa da Rede de Juristas Populares, auxiliou voluntariamente na realização da atividade que ela acredita ser de extrema importância para a Comunidade Unida.

As Oficinas aconteceram na Escola de Ensino Fundamental Joana Fortunato, no Mutirão, em Bayeux, em parceria com a própria direção. Esta atividade marcou o sexto mês de realização do projeto que, a cargo do advogado Gustavo Leite Castelo Branco, está com todo o cronograma em dia. Este é o segundo projeto da Fundação realizado com a BrazilFoundation; o primeiro foi o Espaço Legal, de 2004. O calendário do projeto segue até o mês de agosto, quando será realizada a Avaliação Final.

As Oficinas foram pensadas para auxiliar a comunidade com novos meios de contornar as dificuldades do dia-dia e alternativas para a geração de renda, como o Sabão Ecológico e a Oficina sobre Trabalho e Associativismo, que será realizada em parceria com o SEBRAE.



Próximas atividades

Confira aqui as últimas atividades do projeto "Educação para a Saúde e o Meio Ambiente":

- Oficina sobre Trabalho e Associativismo: 03 e 04/07
- Implantação de Hortas Comunitárias: 10/07
- Implantação de Hortas Comunitárias II: 24/07
- Avaliação do Projeto: 14/08



Sabão Ecológico para aumentar a renda e Higiene Bucal para cuidar da saúde





Compra Cidadã: Produtos novinhos em folha, preços baixos e consumo consciente marcaram o BBB

Fundação organiza Bazar e Brechó Beneficente e arrecada mais de R\$ 15 mil para fundo próprio

Pensando no sucesso das edições anteriores dos Brechós da Primavera e de Natal, a Fundação Margarida Maria Alves solicitou, em 2009, junto à Receita Federal, uma doação de itens de Bazar, composto pelos mais variados objetos. Em fevereiro deste ano, após extensa verificação documental e visita à Fundação, para comprovar a idoneidade da entidade, a Receita liberou os itens doados: brinquedos, casacos, videogames, maquiagem, itens de pesca, peças automotivas e muitas outras coisas. Foi daí que nasceu a idéia do BBB – Bazar e Brechó Beneficente em prol do Curso de Formação de Juristas Populares, que ainda está sem financiamento para 2010. As vendas foram um sucesso. Mesmo antes da data prevista para a realização do BBB, diversas pessoas passaram na Fundação para conferir as mercadorias.

O BBB foi realizado no dia 19 de março e teve a presença de muitos compradores interessados. Eles foram advertidos que os itens só poderiam ser utilizados para uso pessoal e que não poderiam ser revendidos. Também não eram feitas trocas em caso de defeito nem oferecidas garantias pelos produtos. Essas são as principais exigências da Receita Federal, que também sugere que comprovantes de compra sejam emitidos para a regularização das vendas. Todas essas exigências fizeram com que o preço pedido pelas mercadorias estivesse muito abaixo do valor de mercado: A idéia é arrecadar

dinheiro como forma de contribuir para os trabalhos da Fundação, por isso a diferença. Cumprindo todas as exigências da Receita Federal, conseguimos transformar essa ação em uma ótima oportunidade para captação de recursos.

Por isso a ideia de tentar impulsionar o início, mesmo que tardio, do Curso de Formação de Juristas Populares de 2010, que, há dez anos, é realizado por nós e ainda estava sem recursos. Mas, agora, com seu financiamento aprovado pela Fundação Interamericana, órgão do governo dos Estados Unidos, podemos respirar aliviados. O projeto foi submetido em 2009 e, no início de 2010, recebemos a visita de Amy Kirschbaum, responsável pela seleção de projetos e por defendê-los perante a comissão. E deu certo! Com o início dos trabalhos previsto para 2011 apenas, por conta dos entraves burocráticos, o Curso está salvo até 2012.

Assim, os recursos arrecadados com o BBB serão utilizados para compor um fundo de reserva da Fundação, utilizado, principalmente, para manutenção estrutural e contrapartidas financeiras em seleções para financiamento de projetos.

A doação de itens apreendidos sem nota fiscal pela Receita Federal é uma iniciativa louvável. Antes, esses produtos ficavam estocados, com destino incerto. Hoje, revertidos às ONGs e Fundações, configuram um passo importantíssimo no estreitamento entre os órgãos

públicos e a sociedade civil organizada.

Já arrecadamos mais de 15 mil reais, e esse valor só cresce! Continuamos a receber diariamente pessoas interessadas em saber quais itens ainda estão disponíveis para venda. Se você também está curioso, é só passar em nossa sede e aproveitar! São poucas peças!



Casacos, bolsas, brinquedos, artigos para pesca, eletrônicos e muito mais: receita de sucesso que a Fundação irá repetir!



II Caminhada na Mata do Xem-Xem: Polícia Rodoviária Federal também polui

Sofás, animais mortos, sacos plásticos, papéis... Lixo, muito lixo. Esse foi o quadro encontrado pelas pessoas que participaram da II Caminhada Ecológica na Mata do Xenxem, em Bayeux, no dia 16 de maio. A concentração aconteceu no ponto final de ônibus do Mutirão e contou com a presença de Juristas Populares, do Grupo de Escoteiros e principalmente de moradores (as) do entorno da Mata. A Comunidade Unida, que está sendo beneficiada pela Fundação Margarida Maria Alves no projeto “Educação para a Saúde e o Meio Ambiente”, em parceria com a BrazilFoundation, colaborou de forma bastante ativa no recolhimento dos resíduos encontrados. Foram três quilômetros e cerca de quatro horas de caminhada, recolhendo aproximadamente duas toneladas de lixo. Mais de 90 participantes, entre mulheres e crianças, ajudaram bastante com o auxílio de luvas, fornecidas pela Fundação, e não tiveram receio de pegar no lixo que, em muitos locais, fedia muito e estava em estado de decomposição.

Somente os materiais de



Documento da PRF encontrado em meio ao lixo na Mata do Xem-Xem

decomposição demorada foram recolhidos, como os plásticos, principal tipo encontrado. Dois carroceiros da comunidade foram encarregados de transportar o que foi recolhido até a entrada da Mata para que o caminhão de coleta de lixo pudesse dar-lhes o destino certo. Infelizmente, os (as) Juristas Populares puderam comprovar que a quantidade de lixo era maior que a encontrada no ano passado, quando da realização da I Caminhada. Eles constataram também que algumas placas colocadas por eles (as), indicando o trabalho da Rede, tinham sido arrancadas. As mudas que foram plantadas naquela época ainda permaneciam, já crescidas.

Alguns documentos da Polícia Rodoviária Federal foram encontrados e os (as) moradores (as) confirmaram que já viram carros oficiais despejando tais materiais na mata. A Rede de Juristas Populares e a Fundação vão entrar em contato com a Polícia Rodoviária Federal, a fim de apurar os motivos pelo descarte de lixo no local.

Depois de tanto trabalho, pausa para o almoço! Uma grande feijoada foi organizada para os (as) participantes; cerca de cem refeições foram servidas e, no fim, mais algumas palavras



Conscientização: caminhada promoveu limpeza na Mata, com participação maciça da comunidade



foram proferidas por José Marcos Salgueiro, técnico responsável pela Rede de Juristas Populares, e Gustavo Leite Castello Branco, técnico responsável pelo projeto da Comunidade Unida. Com todas as questões resolvidas, atividades do dia chegaram ao fim, com a certeza de que os (as) participantes puderam comprovar, ao vivo, como o descarte inapropriado do lixo pode afetar o meio ambiente.

Acontece

Junho

19 - Arraiá dos Jurista Populá na Quadra da Caixa Beneficente da Polícia Militar



Julho

3 e 4 - Oficina sobre Trabalho e Associativismo na Comunidade Unida, em parceria com o SEBRAE.
10 e 24 - Implantação de Hortas Comunitárias na Comunidade Unida.

Agosto

14 - Avaliação do Projeto “Educação para a Saúde e o Meio Ambiente”.